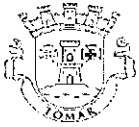




**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2018**

--- Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Fortunato Pereira, secretariada pelos Senhores Secretários António Eduardo Gonçalves Costa Marques e José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre a **“Constituição da empresa local de natureza intermunicipal pelos municípios associados da Resitejo denominada RST – Gestão e tratamento de resíduos – EIM SA.”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dois** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02/04/2018, sobre a **“Proposta de estatutos da empresa local de natureza intermunicipal denominada RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA.”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Três** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre a **“Área da reabilitação urbana das Olalhas”** ao abrigo do nº 1, do artº 13º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Quatro** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre o **“Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da pedreira denominada Vale de Cavalos, freguesia de Asseiceira – João Vitorino & Filhos, Comércio e Transportes, Lda.”** ao abrigo da alínea a), do nº 4, do Artº 5º, do Dec.Lei nº 165/2014, de 5 de novembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Cinco** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 19.03.2018, sobre a **“Estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas de Tomar”**, ao abrigo da alínea h), do nº 1, do Artº 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Seis** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **“Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da prestação de serviços de vigilância para os parques de estacionamento cobertos do Município de Tomar”** ao abrigo das disposições conjugadas do Artº 22º, do Dec. Lei nº 197/99, de 8 de junho e da alínea c), do nº 1, do Artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Sete** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **“Concessão de autorização prévia para a contratação de empréstimo para assegurar compromisso dos SMAS de Tomar”** ao abrigo do nº 2, do Artº 51º, da Lei das Finanças Locais; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Oito** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre o **“Relatório de Actividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar referente ao ano de 2017”**, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Nove** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre o **“Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2017”**, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dez** - Discussão e votação da Deliberação de



Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **“Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 do Município de Tomar”** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Onze -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre **“Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 dos SMAS de Tomar”** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Doze - “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”,** ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Treze - “Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”,** ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O **Ponto 12** e o **Ponto 13** terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, do seguinte teor: *“Eu, Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, venho desta forma solicitar por questões de saúde a minha substituição na Assembleia Municipal do dia 23 de fevereiro de 2018. Grata pela atenção, com os melhores cumprimentos”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Pereira Ferreira Neto, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal João Manuel Pimenta Henriques Simões, do seguinte teor: *“Uma vez que vou estar ausente do Concelho de Tomar no dia 20 de Abril de 2018, não tenho possibilidade de comparecer e participar nos trabalhos da 2ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar a partir das 16H00 desse dia*. -----

*Assim, venho solicitar a Exa. se digne considerar justificada a minha falta de comparência, bem como mandar proceder à minha substituição pelo cidadão imediatamente a surgir na ordem da Lista do Partido Socialista*. -----

*Apresento os melhores cumprimentos, com consideração, João Henriques Simões”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi convocada Carolina da Silva Feliz, da qual se recebeu o seguinte pedido de substituição: *“Venho com a presente, solicitar a minha substituição para a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar dia 20 de Abril que, por motivos pessoais, não poderei estar presente*. -----

*Com os melhores cumprimentos, Carolina da Silva Feliz”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado e tomou posse, Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho, portador do Cartão de Cidadão nº 14353668. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel dos Reis Marques, do seguinte teor: *“Vasco Miguel dos Reis Marques, Deputado Municipal pelo partido Socialista, pelo presente informa que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão da Assembleia Municipal a realizar no dia 20.04.2018, pelo que requer a sua substituição*. -----

*Tomar, 9.4.2018, Grato e atentamente, Vasco Marques”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Maria Celeste de Jesus Nunes, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Nogueira Fernandes Boavida do seguinte teor: *“Agradeço que proceda à minha substituição, pois no dia 120 de Abril, estarei todo o dia em Lisboa, com o meu marido, que vai fazer exames médicos*. -----

*Melhores cumprimentos, Isabel Boavida”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituída pela Senhora Deputada Municipal Carla Maria Freitas Santos Joaquim, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. --



--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Arlindo das Conceição Costa Nunes, Presidente da União de Freguesias de Madalena e Beselga, do seguinte teor: *"Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me o senhor Presidente da Junta de Freguesia, na qualidade de Deputado Municipal, de solicitar a sua substituição na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pela Senhora Secretária desta Junta de Freguesia, Luísa Maria da Conceição Henriques. -----*

*Com os melhores cumprimentos". -----*

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Rodrigues da Costa Graça, Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira do seguinte teor: *"Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Secretário Joaquim maria dos Anjos, a representar a freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 2ª Sessão Ordinária a ter lugar no próximo dia 20/04/2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 16H00. -----*

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Alexandre Gabriel Mateus Horta, Presidente da União de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, do seguinte teor: *"Relativamente ao referido em assunto, cumpre-me informar V. Exa. de que não poderei estar presente na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, que terá lugar no próximo dia 20 de Abril de 2018, pelas 16H00, por motivos de natureza profissional. -----*

*Assim, nos termos da alínea c), do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho pelo presente comunicar que estarei representado, pelo Tesoureiro desta Junta de Freguesia, Senhor Basílio Miguel da Conceição Pereira. -----*

*Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta de Freguesia, Alexandre Gabriel Mateus Horta". -----*

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa; Ricardo Manuel dos Santos Lopes; Maria Fernanda do Pranto Correia; José Manuel Pereira Ferreira Neto; Luis António Antunes Francisco; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo; Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho; Maria da Luz Alves Lopes; Casimiro Mateus Fernandes Serra; Susana Alexandra Ferreira Faria; Carla maria Freitas Santos Joaquim; Rui Samuel Martins de Alferes Gomes; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Sílvia Paula Rosa da Silva; António Manuel Baptista Gonçalves Jorge; António José Carvalho da Silva; Carlos Manuel da G. S. Rodrigues; Maria José de Jesus Barbosa Serra; Jorge Filipe Martinho Rosa; Amâncio Sequeira Ribeiro; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; Joaquim Maria dos Anjos; Basílio Miguel da Conceição pereira; João Luis Cardoso Alves; Luísa Maria da Conceição Henriques, Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar; o Senhor Vereador Francisco Lopes Madureira Salgueiro; a Senhora Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; a Senhora Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; o Senhor Vereador Luis Manuel Monteiro Ramos e o Senhor Vereador Hélder Duarte Henriques. -----

--- Faltou o Senhor Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que devido ao pedido da substituição da Senhora Primeira Secretária da Mesa, Maria de Fátima Rodrigues das Costa Graça Duarte esse lugar iria ser ocupado pelo Segundo Secretário, António Eduardo Gonçalves Costa Marques, tendo convidado o Senhor Deputado Municipal José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos para substituir nesta sessão o lugar de Segundo Secretário da Mesa. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo aberto inscrições para o uso da palavra, verificando-se as seguintes intervenções: -----

--- Paulo Jorge da Encarnação S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária solicitou que os documentos referentes à Ordem de Trabalhos das sessões da Assembleia Municipal, pudessem chegar mais cedo aos Deputados Municipais, permitindo assim uma consulta mis atenta à documentação. -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, confirmou essa situação, que se deve à receção tardia dessa documentação nos serviços da Assembleia e num problema informático em vias de resolução. -----

--- Paulo Jorge da Encarnação S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária fez uma intervenção do seguinte teor: *“Vou começar por intervir sobre estas duas moções apresentadas pela CDU, a primeira sobre o MURPI e a segunda sobre o 44º aniversário do 25 de abril de 1974. Podemos concluir que a primeira constitui-se porque aconteceu efetivamente a segunda, o 25 de abril de 1974. Falar do MURPI e da Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos, que comemora em 27 de maio de 2018 o seu 40º aniversário, é dizer que este movimento unitário sempre assumiu como matriz identitária, objetivos de carácter social e político, empenhando-se profundamente na defesa dos direitos dos reformados, pensionistas e idosos e cultivando ideais de natureza progressista, unitária e solidária. Salienta-se que desde o início, a Confederação MURPI contou sempre com a luta abnegada, dedicação e espírito de sacrifício de centenas de dirigentes e ativistas do movimento unitário. E se é justo reconhecer esta dimensão humana, é de igual modo justo, reconhecer o património de inúmeras conquistas que foram alcançadas na concretização dos direitos dos reformados. Falamos da pensão social, da pensão de sobrevivência, da pensão de viuvez, do 13º e 14º mês, do aumento progressivo do valor das reformas indexadas ao salário mínimo nacional, património que foi legado às atuais gerações de reformados e pensionistas. Este projeto MURPI foi e será promover sempre, organizar, desenvolver e reforçar o espírito de unidade e solidário de todos o reformados, pensionistas e idosos com a restante população, condição indispensável para levar à prática iniciativas e lutas que melhor garantam uma vida compatível com a sua natureza humana e de homens e mulheres livres. A moção termina, pedindo o apoio à justa reivindicação para que esta Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos, o MURPI, esteja representada como membro permanente do Conselho Económico e Social. Como todos sabem, o plenário deste Conselho Económico e Social é constituído por 66 membros efetivos e na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 92º é conferido a este Conselho Económico e Social, dois tipos de competências, uma que é consultiva e outra de concertação social. A segunda moção é, na prática, uma saudação ao 25 de abril, mas também relembrar a todos nós, enquanto eleitos autárquicos que as comemorações da revolução de abril, e é aquilo que nós afirmamos, devem ser sempre um momento para afirmar uma política que deve dignificar o trabalho e os trabalhadores, dar resposta aos problemas do povo e do país, uma política que respeite o poder local democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. É sempre um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar as contas com abril de 74 e agridem a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Deve ser um momento para a convergência e a unidade dos patriotas, dos trabalhadores e de todo o povo português, em defesa dos valores de abril e da Constituição da República. O que também se apela na moção, aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população que se associem às comemorações do 25 de abril na afirmação do poder local democrático, como conquista de abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. Aproveito para informar que a CDU vai ter um rico programa de comemorações dos 44 anos do 25 de abril, começando já amanhã, em Paialvo, com um concerto comemorativo do 25 de abril, com a atuação do coro da Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira, o grupo Dealgos – poesia, música e história, a banda da Sociedade Filarmónica Payalvense e ainda vai ter a abertura da exposição alusiva aos 44 anos do 25 de abril, do jornal Avante. No próprio dia 25 vai ter o seu almoço tradicional do 25 de abril, com músicas do 25 de abril, na Sociedade Instrutiva, Recreativa e Desportiva de Vila Nova. Terminando estas comemorações, no dia 29 de abril, nas Curvaceiras, com uma caminhada, chamada a Rota da Água, também com almoço. E, por fim aproveitamos, para convidar todos os presentes nesta Assembleia e o respetivo Executivo Camarário, se quiserem associar a estas nossas comemorações.* -----

--- Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira relativamente às moções apresentadas, na generalidade irá votar a favor, com a exceção da do PSD em relação ao índice de transparência, que se irá abster, não que não tenham razão, só que se esqueceram de mencionar 25 anos, onde diz 5 anos, porque esta situação não é da agora, já vem de trás, e então que se faça a rectificação devida. Porque todos têm de assumir a responsabilidade, no momento certo, na hora certa e conforme elas são apresentadas. E isto é



*M. P. Silva*

o resultado de políticas erradas que se têm verificado ao longo dos anos e se calhar o executivo atual já deveria ter feito alguma coisa no sentido de inverter esta situação e não o fez, assim como o anterior, e deve ser feito. -----

--- António José Carvalho da Silva, da Coligação Democrática Unitária chamou a atenção que alguns ficheiros não abrem, e a Lei determina que a documentação deve ser entregue por escrito e, nas sessões anteriores, e com a palavra passe não conseguiu abrir a internet, porque não estava a funcionar a da Câmara e hoje está a passar-se o mesmo, pelo que sugere, sendo do interesse de todos, que os documentos sejam entregues por escrito, como é de Lei. -----

--- João Miguel da S. Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata referiu que na última sessão, quando referiu os 5 minutos extra, pelas moções apresentadas por cada força partidária, não será necessário solicitar, é automática essa atribuição de acordo com o Regimento. Enquanto líder do grupo municipal do PSD, afirmou ter ficado surpreso com o Partido Socialista, que levantou uma questão, numa sessão anterior, relativa a uma tomada de posse de um Deputado Municipal do PSD uma vez que os outros não tinham a tomada posse, e hoje aconteceu o mesmo com o PS, e o PSD em coerência nada tem contra, e disse não ver o PS preocupado com essa situação, não vá esta sessão ser ilegal, como evocaram na anterior. Está de acordo com a intervenção do Deputado Municipal António Carvalho da Silva, quando refere a questão da entrega dos documentos, por escrito, porque a Assembleia tem o direito de exigir à Câmara Municipal mais verba no orçamento, para poder fornecer a todos os Deputados Municipais, tudo o que é possível para que possam trabalhar. Os documentos podem ser enviados por email desde que fossem fornecidos meios informáticos e internet a cada um dos Deputados Municipais, e porque não existem meios suficientes, daí esta chamada de atenção e esta recomendação para que esta situação seja alterada, para que se exerça de forma democrática a oposição. Afirmou também que a *Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos não foi a única que nasceu com o 25 de abril, houve mais, esta é uma delas e há que saudá-las, que fazem bem o seu papel. Sobre o índice de transparência e da colocação dos 5 anos, tem por base o fato desse estudo só ser feito há 5 anos, porque esta associação iniciou o estudo em 2013, não havendo outro motivo, porque a partir do momento em que foram dados os meios e a obrigatoriedade para tornar pública determinadas decisões, de um órgão executivo, são feitos determinados parâmetros pelo que o Deputado Municipal Américo Pereira pode votar a favor, porque esta questão do 5 anos, não teve nenhuma intenção de fazer alguma conotação de quem estava ou esteve no poder. Lembrou que se está a comemorar o centenário da Batalha de La Lys, ocorrida na Flandes, ao longo deste ano, em que estiveram presentes várias tropas do corpo expedicionário português, nomeadamente do Regimento Infantaria nº 15, exemplificando com a exibição do filme do soldado «Milhões» em que no capacete militar aparece o 15, pelo que Tomar tem uma palavra a dizer, e poderia ter feito mais. Depois de ter feita uma breve alusão histórica sobre o RI15, lamentou não se ter comemorado condignamente em Tomar esta efeméride, denotando uma falta de estratégia. Saudou a nova mordoma da Festa dos Tabuleiros e os votos de um bom trabalho, sugerindo que o último regulamento da Festa dos Tabuleiros seja revisto ou revogado, porque não faz sentido e o assunto deveria voltar à Câmara, porque disse não ser verdade a questão de ser uma imposição legal, as questões dos terrados de estarem a ser explorados de forma ilegal, tendo exemplificado com outras situações idênticas, em outros municípios, e em que essa questão não se colocou. Relativamente à questão da saúde, referiu o agendamento de duas reuniões e a aprovação para breve do Regulamento da Comissão de Saúde. Manifestou a sua preocupação por este assunto, porque há uns tempos, quando saíram as urgências médico-cirúrgicas e a medicina interna e o povo se manifestou, reivindicando para Tomar, e bem, no sentido de defender os seus interesses, neste momento a preocupação já abrange o Médio Tejo, e no caso concreto as urgências médico-cirúrgicas do hospital de Abrantes que estão doentes, com esperas de 8 horas, e os médicos não têm condições para trabalhar. Os utentes de Ourém, que tem algum peso, já começam a ir para o hospital de Leiria. Sugeriu uma reunião entre a três Câmaras – Tomar, Abrantes e Torres Novas – para que se tomem medidas, porque segundo o governo, estamos em crescimento económico, pelo que não há motivos para que aquelas valências hospitalares não voltem a Tomar. Referiu também que o Conselho Municipal de Juventude tem reunido sem a presença dos membros de cada partido ou grupo de cidadãos, o que é uma violação ao regulamento, pelo que será urgente a indicação desses membros.* -----



--- Hugo Miguel C. dos Santos Costa, do Partido Socialista começou por afirmar que não faz sentido neste momento discutir questões regimentais, que na altura foram colocadas, tendo ficado ao critério do Senhor Presidente da Assembleia a decisão, e que na altura foi tomada, pelo que não irá retomar essa discussão. Sobre as moções apresentadas, as duas apresentadas pela CDU, terão o voto favorável do PS, sublinhado e relembrar, no entanto, que até o Partido Socialista vencer as eleições autárquicas de 2013, nunca tinha havido comemorações, só a partir dessa data a Câmara Municipal e Assembleia Municipal têm celebrado, inclusivamente com uma sessão solene, porque o Partido Socialista respeita o 25 de abril, embora muitos não o façam. Sobre as moções do PSD, em relação à do rio Nabão, será votada favoravelmente, tendo esclarecido que foram feitas várias diligências, tendo a Senhora Presidente da Câmara reunido com o Senhor Ministro do Ambiente, bem como as questões que o PS e outros partidos colocaram, sobre esta matéria, não tendo ouvido o mesmo, recentemente, do PSD. Sobre o índice de transparência, disse que o PS tudo fará para este índice melhorar, lembrando que havia três Câmaras Municipais a nível nacional que não tinham página de internet, e uma delas era de Tomar, e estamos a falar de 2005 / 2006 e fomos os últimos a avançar com informação digital e o Senhor Deputado Municipal João Tenreiro deve-se lembrar, porque era Deputado Municipal, das moções apresentadas pelo PS, na altura, sobre essa matéria. Relativamente à carta educativa, lembrou que estas cartas tiveram o seu tempo e que serviam essencialmente para melhorar e construção de obra. No novo modelo são essencialmente regionais, do Médio Tejo. Sugeriu que a concelhia do PSD perguntasse ao Prof. David Justino, qual é carta educativa que está a construir para o Médio Tejo, como responsável da mesma, porque já não existem cartas educativas locais. Lembrou que a última carta educativa que o PSD realizou, previa centos escolares, onde nunca existiram e, relativamente ao Centro Escolar da Linhaceira, referiu que não é certamente o PS o responsável por não ter sido construído em tempo útil. Sobre a questão da medicina interna e das urgências, afirmou que quando em 2011 e 2012 a Câmara Municipal de Tomar, não soube evitar as saídas destas valências, junto do seu governo, perguntou de quem foi a responsabilidade desta saída para Abrantes, bem como de um conjunto de recursos humanos que saíram do CHMT, afirmando que o Deputado Municipal João Tenreiro sabe que é verdade. Afirmou que nos dois últimos anos de governação do Partido Socialista, na Assembleia da República e no Governo, foi feito em Tomar um dos maiores investimentos, com a implantação do TAC, que poderá ser insuficiente, mas se o PSD fosse governo, possivelmente o hospital estaria privatizado, seria talvez esse o objetivo. Sobre o hospital de Tomar disse que o PS estará sempre para lutar pela qualidade das urgências em Abrantes, bem como pelas urgências médico-cirúrgicas em Tomar, lamentando que tivesse sido só o PSD que não tivesse votado favoravelmente uma resolução da Assembleia da República, a pedir o regresso das urgências médico-cirúrgicas para Tomar. Disse estar disposto a gerar consensos necessários, em conjunto, para lutar sobre este assunto, relembrando que em 2 anos foi reaberta a medicina interna e o investimento no TAC e cada um assuma a sua responsabilidade, porque de todas as forças partidárias na Assembleia da República, os deputados do PSD foram os únicos que não votaram favoravelmente a referida resolução, ficando pela abstenção. Sobre o Conselho Municipal de Juventude lembrou que quando era líder da JS o Conselho não reunia e que o Deputado Municipal João Tenreiro nunca propôs em Conferência de Líderes a resolução deste problema. Sobre o atraso da entrega da documentação da Assembleia aos Deputados Municipais referiu que, segundo foi informado, vem na sequência do atraso na entrega das declarações de voto dos Senhores Vereadores do PSD, que constam de um ponto em discussão nesta sessão, concluindo que seria bom, relativamente também esta matéria, assumissem as suas responsabilidades. -----

--- Paulo Jorge da Encarnação S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) sobre as moções do PSD, a CDU votará as duas favoravelmente. No entanto sobre a moção da carta educativa, quando no seu início, diz que o concelho de Tomar possui uma carta educativa desatualizada e descontextualizada, a CDU não pode estar mais de acordo com o texto, até porque na altura votou contra à mesma e infelizmente continua a não haver o Centro Escolar de Carregueiros. E está desatualizada desde 2008 e, desde essa altura, até 2013, quem tinha os destinos da Câmara Municipal de Tomar foi o Partido Social Democrata e já deveria ter sido revista, até de acordo com a respetiva nota prévia, embora tivesse decorrido uma monitorização em junho de 2013. Quando se diz que está descontextualizada, como diz o PSD, concorda e para isso basta ler a carta como instrumento de planeamento e ver a quantidade de



*Handwritten signature*

centros escolares que se iriam construir, lamentando o encerramento de jardins de infância, escolas do 1º ciclo e de outros importantes equipamentos coletivos, mesmo que sejam únicos numa freguesia, como já aconteceu na Sabacheira, pelo que a moção do PSD deveria ter uma palavra sobre o assunto. Salientou que não é fechando escolas que se vai conseguir fixar a população ou tornar o território atrativo para fixar casais jovens. Sobre a moção do PSD relativa ao rio Nabão, que irá aprovar, nada tem a opor ao texto. No entanto referiu que o prefácio do documento sobre as alterações climáticas, incluído no ponto da ordem de trabalhos que vai a discussão, em que diz que *«Tomar e o seu concelho tem a felicidade de ser atravessada por um rio cujo bucolismo é fonte de atração turística»*, e concluiu dizendo que não é quando está poluído, porque aí não há bucolismo nenhum. -----

--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda salientou a sintonia entre todos em relação às questões ambientais e políticas e percebe-se que existem preocupações comuns. Relativamente à transparência afirmou que, ninguém gosta de ver o seu concelho no fundo de um ranking, não dá muita importância a essas questões, tem a importância que tem, a opinião pública dá, estamos na era da informática e da informação, e será razoável que a Câmara melhore os serviços nesse sentido. Referiu também que, as moções são discutidas e aprovadas e depois não dão resultados, recordando uma que apresentou sobre a precaridade, que foi aprovada, é uma questão de respeito por quem está nesta situação e a Câmara nada disse, e isso julga ser falta de transparência. É certo que o exemplo do governo, sobre esta situação, não é bom, e a Câmara eventualmente também estará à espera. Sugeriu ao Executivo que se pode melhorar esta situação e que dê um esclarecimento à Assembleia. -----

--- João Luis C. Alves, Presidente da União de Freguesias de Casais e Alviobeira começou por felicitar, em nome do PSD, os resultados desportivos recentes, obtidos pelo União de Tomar e Sporting Clube de Tomar. Sobre o parque de máquinas da Câmara referiu que está a ficar obsoleto, com muitos anos, e não está a dar as respostas necessárias ao trabalho que tem de se efetuar nas freguesias. Já o pessoal da Câmara, que opera com as máquinas, tem uma média de idade superior aos 50 anos, pelo que num futuro próximo não haverá ninguém para operar com esses equipamentos, pelo que sugere a admissão de mais trabalhadores jovens para essas máquinas. Sobre os SMAS, disse que no passado recente foi aprovado o Orçamento dos SMAS, que contemplava o aumento das tarifas da água, como forma de combater as graves perdas de água que existem nas redes atuais. É um problema que existe também na freguesia de Casais / Alviobeira, nomeadamente na Estrada Municipal 529, entre as Olas e a Igreja Nova, em que se registam buracos devido a roturas, numa estrada que estava em bom estado e agora, com as roturas, está em péssimas condições, devido a condutas obsoletas com muitos anos de vida. Sugeriu que ao invés do aumento das tarifas, investissem em máquinas, em pessoal e em condutas, porque só assim se combate o desperdício, porque a continuar assim, combatendo o desperdício da água com o aumento de tarifas, disse não saber por quanto ficará, no futuro, o preço da água, quando já é uma das mais caras do país. -----

--- João Miguel da S. Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) referiu que parece que o Deputado Municipal Hugo Costa quer transformar a Assembleia Municipal numa Assembleia da República, com uma discussão puramente parlamentar, e trazer assuntos de um local onde, está enquanto Deputado, e é obvio que trazendo certos temas, os Deputados Municipais não podem rebater. Referiu que o PSD na altura, na Assembleia da República, não aprovou o Projeto de Resolução apresentado, porque o teor desse documento quase chamava de gatunos ao Partido Social Democrata. Mas mais tarde, o PSD apresentou um Projeto de Resolução, com uma linguagem mais moderada, que foi aprovado. Por isso as verdades têm de ser ditas por inteiro, e contextualizá-las e a questão da saúde não deve ser politizada. No programa do PS constava o regresso daquelas valências para Tomar e o que regressou foi uma enfermaria da medicina interna, porque o serviço não está em Tomar. O PSD perdeu duas eleições, foi julgado e, é o PS que está no poder, será que ainda não deram conta que têm de governar o concelho de Tomar, questionou e de não estarem sempre agarrados ao passado. Quanto ao atraso no envio dos documentos, não foi o PSD que chamou a atenção. Sobre a Carta Educativa, afirmou que Dec. Lei nº 7/2003, continua em vigor, não foi revogado e quando estavam na oposição diziam que estava desajustado e depois de cinco anos no governo, continua na mesma. É um instrumento dinâmico, tem de ser renovado constantemente, a população de uma freguesia aumenta ou diminui, além de outros fatores e a Carta Educativa acaba por estar desajustada e a moção vem nesse sentido. É verdade que o PSD também o



M. P.  
Luis

podia ter feito e não o fez, mas é altura de alterar estas coisas, de não se falar sempre do passado, sem revanchismos, pensar em Tomar e abraçar os projetos e aprovar as moções que são apresentadas de uma forma sincera, honesta e de boa fé, independentemente de quem as apresenta. -----

--- Hugo Miguel C. dos Santos Costa, do Partido Socialista (2ª intervenção) referiu que não trás questões nacionais, apenas referiu uma situação. De seguida, leu na íntegra o texto do Projeto de Resolução da Assembleia da República, de forma a repor a verdade, e em como nunca se mencionou a expressão de gatunos ao PSD. Sobre a questão do videomapping foi um projeto conjunto com vários municípios, alguns deles do PSD e que podem transmitir a importância dos mesmos. Sobre as festas medievais, lembrou que foi o PSD que iniciou a Festa Templária e agora parece que não gostam dessas iniciativas. -----

--- Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira (2ª intervenção) esclareceu que a iniciativa da Festa Templária não foi da Câmara, mas sim da ADIRN, no tempo em que o dinheiro fazia confusão dentro das algibeiras, e até a colaboração da Câmara PSD, na altura, foi muito pouca. -----

--- Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar referiu que a transparência não deve assustar ninguém e, enquanto presidente de junta, disse que todos os dias são escrutinados. Informou que a Freguesia de S. Pedro de Tomar já tem site, atualizado, desde 2010 e só tem dois funcionários. Sobre as comemorações do 25 de abril, propôs que se realizassem na tenda do mercado, mais próximos dos cidadãos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: **"MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO MURPI - O MURPI NASCEU COM OS ALVORES DE ABRIL"** -----

*A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI, é uma força de Abril que comemora em 27 de maio de 2018, o 40.º aniversário da sua constituição, como primeira organização representativa dos reformados, pensionistas e idosos na defesa dos seus direitos. Ao longo dos 40 anos de existência, para além da realização de Congressos (o 9.º Congresso do MURPI, realizar-se-á no dia 25 de Novembro de 2018), o MURPI ao longo dos anos desenvolveu todo um vasto trabalho na defesa dos direitos dos reformados: promoveu seminários, encontros distritais, plenários, manifestações e concentrações públicas; participou quer em iniciativas institucionais promovidas pela Assembleia da República e pela Segurança Social, quer noutras iniciativas junto das organizações suas associadas, cooperando e convergindo com a InterReformados Nacional nas lutas reivindicativas; realizou anualmente um Piquenício Nacional (22 no total), com a participação de milhares de pessoas e a intervenção de mais de 40 grupos corais das suas Associações, o que constitui valioso património cultural desta organização..* -----

*As Associações de Reformados são organizações cívicas e políticas que desenvolvem ações de valorização cultural, de promoção do lazer e de proteção social dos reformados, pensionistas e idosos.* -----

*Os deputados da Assembleia Municipal de Tomar saúdam a Confederação MURPI pelo seu 40.º aniversário, relevam a sua importância na defesa dos direitos dos reformados, solidarizam-se com as lutas desenvolvidas pelo MURPI e manifestam o seu apoio à justa reivindicação de representação do MURPI como membro permanente do Conselho Económico e Social.* -----  
*Tomar, 20 de abril de 2018.* -----

*O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Tomar".* -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: **"MOÇÃO - 44.º aniversário da Revolução de Abril"** -----

*A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.* -----

*O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.* -----





*Handwritten signature*

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tomar reunida a 20 de abril de 2018, delibera: ---

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência dum futuro que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. -----

2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. -----

Tomar, 20 de abril de 2018. -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Tomar". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal Partido Social Democrata do seguinte teor: **"MOÇÃO - Índice de Transparência** -----

Foi como desagrado que verificámos que no **Índice de Transparência Municipal 2017**, Tomar se encontra no último lugar do conjunto dos municípios que constituem o Médio Tejo, assim como entre os 21 municípios do distrito de Santarém. -----

De realçar ainda que Tomar se encontra em 253º lugar a nível nacional, entre as 308 câmaras do país. -----

Este estudo é elaborado todos os anos pela Transparência e Integridade, sendo que o Índice de Transparência Municipal (ITM) permite ao cidadão e ao decisor aferir o grau de transparência do seu município através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos websites das Câmaras Municipais. -----

Esta situação não é nova, pois tem-se vindo a verificar ao longo destes últimos 5 anos, ou seja, desde 2013 (data em que o ITM começou a fazer esta publicação) o que realça a falta de transparência da gestão da Câmara Municipal. -----

Este estudo é baseado em critérios e parâmetros previamente estabelecido, com base na informação de interesse público disponibilizada pelos 308 municípios portugueses nos seus websites oficiais. -----

Segundo o que consta no site oficial do ITM, As sete dimensões avaliadas são: 1) Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município; 2) Planos e Relatórios; 3) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos; 4) Relação com a Sociedade; 5) Contratação Pública; 6) Transparência Económico-Financeira; 7) Transparência na área do Urbanismo. -----



*M. Faust. Vuu*

*Consideramos que a participação ativa e informada dos cidadãos é um aspeto fulcral para o desenvolvimento de qualquer município, pois valoriza a relação entre estes e o Poder Local. --- Deste modo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida no dia 20 de abril de 2018 lamenta que no Índice de Transparência o município de Tomar seja o pior do distrito de Santarém, recomendando à Câmara Municipal que diligencie o mais rapidamente possível, no sentido de melhorar a eficácia e eficiência na sua informação, tendo em consideração as sete dimensões acima referenciadas. -----*

*Tomar, 19 de abril de 2018. O Grupo Municipal do PSD/Assembleia Municipal de Tomar". -----*

*--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo-se registado a seguinte votação: Quinze votos a favor do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, quinze votos contra do Partido Socialista e duas abstenções do Bloco de Esquerda e do Independentes do Nordeste. -----*

*Tendo-se registado um empate, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal utilizou o seu voto de qualidade, tendo sido aprovada. -----*

*--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal do Partido Social Democrata do seguinte teor: "**MOÇÃO - Carta Educativa do Município de Tomar** -----*

*A Carta Educativa constitui um Instrumento de excelência que permite o Planeamento estratégico, fundamental e dinâmico onde se insere toda a intervenção e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, e que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social. -----*

*Face ao exposto é com profundo pesar que constatamos que o concelho de Tomar possui uma carta Educativa desatualizada e descontextualizada face à realidade e exigências atuais na área de educação. -----*

*Urge produzir uma nova Carta Educativa que permita ao Concelho ter um guia de atuação adequado às necessidades. Esta situação é ainda mais premente se tivermos em conta que, nesta altura, toda a rede educativa se encontra a preparar e delinear o novo ano escolar sem ter um documento orientador que lhes permita uma gestão de recursos eficaz e adaptada à real necessidade do Concelho de Tomar. -----*

*Consideramos que ao utilizar a Carta Educativa anterior, tendo em conta que que não existe nenhuma alternativa, estaremos a racionalizar e a redimensionar os recursos para uma realidade inexistente inviabilizando o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente: -----*

*- Não capacitamos a Rede Escolar com um guia que lhe permita prever qual a resposta mais adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação, por forma a rentabilizar o parque escolar existente; -----*

*- Impede-se que se trace um caminho no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da Rede Escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional. -----*

*- Proporciona-se o surgimento de ruturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento de oportunidades de inserção profissional dos jovens do nosso concelho, que, como é do conhecimento de todos, se encontra cada vez mais desertificado e sem capacidade de atrair e fixar população ativa e conseqüentemente investimento e desenvolvimento social, tornando-se cada vez mais envelhecido. -----*

*Salienta-se ainda, que é com grande pesar que assistimos à contínua degradação das instalações do Jardim de Infância de Tomar. Este estabelecimento de ensino tem uma importância vital para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e é fundamental que permita que exista um espaço securizante onde as crianças possam brincar, bem como um espaço de descanso que lhes permita assimilar as aprendizagens realizadas. Nesse sentido ter um edifício sem condições, onde existe pouco conforto térmico, acústico e visual pode inviabilizar a aprendizagem ao nível da socialização primária que é fundamental para assegurar a saúde mental das crianças e o seu desenvolvimento cognitivo. Pensemos, por exemplo, que uma criança com frio não tem vontade de brincar pois não vê assegurada uma necessidade básica, -----*



M. J. Alves  
Luz

com graves prejuízos para a aprendizagem num período crítico no que respeita à aquisição de competências pessoais e sociais ao nível da socialização primária. -----

Realçamos, ainda, que a falta de manutenção e conservação das instalações pode pôr em causa a segurança das crianças e dos agentes educativos que com elas trabalham, prejudicando a liberdade e a criatividade das crianças e a escolha de atividades diferentes que visem estimular e fomentar novas aquisições de competências. -----

Mais se denota uma grande preocupação com o estado deste estabelecimento de ensino quando se sabe que os especialistas na área do desenvolvimento infantil enfatizam a importância do brincar para a construção do pensamento, havendo uma entrevista de Eduardo Sá onde defende que “Quem não sabe brincar não sabe pensar!”, ora se não damos condições físicas para que haja a possibilidade de brincarem estamos a hipotecar o futuro das nossas crianças e, em última análise o futuro do nosso Concelho ao dotá-lo de futuros adultos que não conseguirão ser agentes de mudança. -----

Deste modo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 20 de abril de 2018, delibera no sentido de manifestar ao órgão executivo a necessidade de efetuar a construção de uma Carta Educativa atual e de intervencionar, com a máxima urgência a instituição de ensino acima mencionada. --- Tomar, 19 de abril de 2018. O Grupo Municipal do PSD/Assembleia Municipal de Tomar”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com dezassete votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Independentes do Nordeste e quinze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal Partido Social Democrata do seguinte teor: **“MOÇÃO - EM DEFESA DO RIO NABÃO** -----

Nos últimos anos temos vindo a assistir a constantes episódios de poluição das águas do rio Nabão. -----

Infelizmente tem sido um hábito encontrar o “nosso rio” completamente sujo e poluído, em especial nos dias de chuva, evidenciando descargas que são feitas de forma dolosa, aproveitando as condições atmosféricas para tal. -----

Não é agradável encontrar o nosso rio como está. -----

Aliás, todos nós nos lembramos como se apresentava o Rio no dia das comemorações do 1º de março. Um dia que deveria ser de festa, ficou “manchado” por mais uma ocorrência de descargas poluidoras. É triste ver esta situação. É preciso agir. -----

Neste sentido e sabendo que esta situação foi já comunicada ao Ministério do Ambiente, a Assembleia Municipal de Tomar delibera: -----

1. Questionar o Sr. Ministro do Ambiente se já foram identificados os agentes poluidores; -
2. Que medidas eficazes e definitivas estão a ser tomadas, em concreto, de modo a garantir que descargas desta natureza não voltem a acontecer. -----
3. Reiterar o pedido de reunião, já solicitado pela Câmara Municipal, em conjunto com a Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal; -----
4. Quais os resultados da recolha de amostras de água e de espuma que os Srs. Inspectores da Agência Portuguesa do Ambiente realizaram em “duas ações de fiscalização já efectuadas. -----

Tomar, 19 de abril de 2018. O Grupo Municipal do PSD/Assembleia Municipal de Tomar”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre a **“Constituição da empresa local de natureza intermunicipal pelos municípios associados da Resitejo denominada RST – Gestão e tratamento de resíduos – EIM SA.”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Carla Maria Freitas Santos Joaquim, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Carla Maria Freitas Santos Joaquim, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Américo da Conceição Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Serra e Junceira; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de



Esquerda; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar e Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02/04/2018, sobre a “**Proposta de estatutos da empresa local de natureza intermunicipal denominada RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA.**”, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Carla Maria Freitas Santos Joaquim, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária e Américo da Conceição Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Serra e Junceira. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com vinte e nove votos a favor do Partido Social Democrata, Partido Socialista e do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre a “**Área da reabilitação urbana das Olalhas**” ao abrigo do nº 1, do artº 13º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Jorge Filipe Martinho Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Olalhas; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária e Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 05.03.2018, sobre o “**Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da pedra denominada Vale de Cavalos, freguesia de Asseiceira – João Vitorino & Filhos, Comércio e Transportes, Lda.**” ao abrigo da alínea a), do nº 4, do Artº 5º, do Dec.Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Carlos Manuel da G. S. Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar; Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira e Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com trinta votos contra do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda e Independentes do Nordeste e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: “*Declaração de Voto – Ponto 4* -----

1. *A Câmara Municipal, considera que não há interesse em criar novas áreas de exploração;* ---

2. *Se decide que não existe interesse para o efeito, não se compreende o motivo de remeter esta assunto para a Ass. Municipal para discussão e votação;* -----

3. *Ou seja, a Assembleia Municipal apenas se deverá pronunciar caso a Câmara Municipal viesse a pronunciar em sentido favorável;* -----

4. *Entendendo a Câmara Municipal que não existe fundamento para a concessão do interesse público, não se entende como se pode estar agora a transferir esse ónus para a Assembleia Municipal, para aprovar uma proposta desfavorável.* -----

--- Entrando no **Ponto Cinco** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 19.03.2018, sobre a “**Estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas de Tomar**”, ao abrigo da alínea h), do nº 1, do Artº 25º, do Regime



Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Nuno Miguel da Silva Ferreira, do Partido Socialista; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda e Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Seis** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **“Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da prestação de serviços de vigilância para os parques de estacionamento cobertos do Município de Tomar”** ao abrigo das disposições conjugadas do Artº 22º, do Dec. Lei nº 197/99, de 8 de junho e da alínea c), do nº 1, do Artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Sete** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **“Concessão de autorização prévia para a contratação de empréstimo para assegurar compromisso dos SMAS de Tomar”** ao abrigo do nº 2, do Artº 51º, da Lei das Finanças Locais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Maria Celeste de Jesus Nunes, do Partido Socialista; Carla Maria Freitas Santos Joaquim, do Partido Social Democrata; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Senhora Presidente da Câmara Municipal; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata e Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: *“Declaração de voto - Ponto 7-----*

*Relativamente ao ponto 7 da ordem de trabalhos da 2ª Sessão Ordinária, que teve início às 16:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, conforme citação: -----*

*“Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a “Concessão de autorização prévia para a contratação de empréstimo para assegurar compromisso dos SMAS de Tomar” ao abrigo do nº 2, do Artº 51º, da Lei das Finanças Locais;” A bancada PSD, votou contra, porque não concorda que uma organização recorra a empréstimos para assegurar compromissos com fornecedores, conforme citação do ofício 168/DF/2018: -----*

*Contratação de empréstimo no valor de 1.100.000€ para assegurar os compromissos com Fornecedores (EPAL, Águas do Vale do Tejo e Resitejo). -----*

*- deliberação do CA de 12 de março de 2018, aprovado na reunião da Câmara Municipal de 02 de abril de 2018. -----*

*Uma entidade e deverá recorrer a financiamento para operações de investimento e não para despesas correntes. A proposta apresentada é início de uma gestão de endividamento sem obras que certamente conduzirá a um colapso financeiro. -----*

*No entanto há a relevar os seguintes factos: No Relatório de Atividades e Contas do SMAS, no Balanço do SMAS a 31/12/2017, há ativos – na rubrica Clientes C/C o montante de 1.941.974€. No mesmo documento refere o principal devedor do SMAS é a própria Câmara Municipal de Tomar (CMT), que a CMT deve ao SMAS a quantia de 1.394.064€. Ainda no Balanço do Relatório de Atividades e Contas do SMAS, consta: -----*



*Handwritten signature*

Fornecedores C/C ..... 31.123,59€ -----  
Fornecedores - Faturas em receção e conferência. - .....202.186,58€ -----  
Quantia global de dívidas a fornecedores - ..... 233.310.17€ -----

*Assim não se compreende a proposta apresentada "Contratação de empréstimo no valor de 1.100.000€ para assegurar os compromissos com Fornecedores (EPAL, Águas do Vale do Tejo e Resitejo)". Se as dívidas a fornecedores são cerca de 20% do montante da proposta para empréstimo. Mas se o SMAS tem problemas de tesouraria, então a própria CMT deve regularizar as suas contas para com o SMAS".* -----

--- Entrando no **Ponto Oito** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre o "**Relatório de Actividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar referente ao ano de 2017**", ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Luis António Antunes Francisco, do Partido Social Democrata; Augusto Manuel Barros Alves, Presidente da União de Freguesias de S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Manuel dos Santos Lopes, do Partido Social Democrata; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar e João Luis Cardoso Alves, Presidente da União de freguesia de Casais e Alviobeira. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por maioria com dezanove votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Independentes do Nordeste e treze votos contra do Partido Social Democrata. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: "**Ponto 8 – Análise ao RAC 2017 dos SMAS - Declaração de Voto** -----  
O Partido Social Democrata da análise que fez ao Relatório de Atividades e Contas (RAC) de 2017 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Tomar destaca o seguinte: -----

· Em 2017 o ativo diminuiu, ou seja o investimento global efetuado diminuiu. Em grande parte fruto da diminuição do Imobilizado em cerca de 14,66%. Houve atraso na realização de empreitadas aprovadas no âmbito de candidaturas ao POSEUR, resultando uma execução orçamental em 10%. As Despesas de Capital têm uma execução orçamental de 33,75% e diminuem desde 2015. Deteta-se o fim da vida útil de algum Imobilizado, que está totalmente amortizado e que não foi compensado por novos investimentos. A Provisão para Cobranças Duvidosas aumentou, consequência do aumento das dívidas de particulares. -----

· Houve uma redução de Resultados Transitados criando-se no presente exercício uma Provisão para Outros Riscos e Encargos, por se tratar de valores relativos a anos anteriores e tendo em vista eventual pagamento de indemnização. -----

· O Resultado Líquido do período é negativo em -238.792,87 euros. Em 2017 os custos subiram 1,86% e os proveitos reduziram 3,64%. Sendo as Despesas com o Pessoal a rubrica com maior peso, que subiram em 15,66%, num valor aproximadamente igual ao do prejuízo do exercício. -  
Constata-se a necessidade de melhorar a gestão, nomeadamente fazendo face ao enorme prejuízo resultante de roturas e desvios de água. Urge tornar o sistema sustentável e não imputar aos cidadãos, através do aumento de tarifário, os custos da inoperacionalidade e da falta de capacidade de governação". -----

--- Entrando no **Ponto Nove** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre o "**Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2017**", ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Luis António Antunes Francisco, do Partido Social Democrata; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção); Senhora Presidente da Câmara Municipal; Luis António Antunes Francisco, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (3ª



intervenção); Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Jorge Filipe Martinho Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Olalhas e Senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor do Partido Socialista; Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Independentes do Nordeste e treze votos contra do Partido Social Democrata. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: *"Ponto 9 – Análise à Prestação de Contas 2017 Declaração de Voto ----- Na análise que fizemos aos Documentos de Prestação de Contas do Município de Tomar relativos ao ano de 2017 cumpre-nos salientar como aspetos positivos: em termos gerais a qualidade técnica e clareza da documentação apresentada; também o esforço efetuado de cumprimento do serviço da dívida, conseqüente saneamento financeiro e busca de equilíbrio financeiro. -----*

*Contudo evidenciam-se aspetos que consideramos negativos, ligados à gestão e ao rumo com que a maioria socialista se pautou durante o último ano, aliás no seguimento de anos anteriores. É notória a falta de estratégia, ou pelo menos de comunicação da mesma, o número de alterações ao orçamento é exemplo disso, fazendo que o orçamento final corrigido seja substancialmente diferente do orçamento inicial, talvez com o intuito de melhorar os rácios de execução orçamental, mas denotando-se um claro ziguezaguear em termos de rumo a seguir. – Outra nota negativa é a falta de investimento, corolário da falta de maior acesso a fundos disponíveis, mas também, esta nota negativa, para as opções, poucas, que se têm tomado em termos de investimento, que claramente não são as que preconizamos como necessárias para o Concelho, na prioridade e no modo de execução. -----*

*Apontamos também a falta de opções, claras, que visem contrariar o declínio evidente do nosso Concelho, em termos de indicadores demográficos e de investimento. Há falta de marcas, de referências, que nos ajudem a perceber que se está "a dar a volta". -----*

*Faltam resultados que se vejam, não tanto os financeiros, que não sejam "generalidades", que não sejam "gestão corrente", que não sejam "intenções", que não sejam "entrada do projeto", "lançamento da 1ª pedra"... que sejam concretizações, que sejam "projeto feito", que sejam "lançamento da última pedra". -----*

*A certa altura no Documento de Prestação de Contas afirma-se: "Em termos de investimento, nestes 4 anos foram aplicados e pagos 24 (M)ilhões de euros, sendo em 2017 o valor de 5,5 M, denotando assim uma forte aplicação de receita corrente em investimento." Será que é assim? Não será parte deste valor de despesas de capital, uma boa parte amortização de empréstimos? Por exemplo em 2017, dos referidos 5,5 M, cerca de 2 M são amortização de empréstimos. ---- Também se afirma no documento: "A transparência da gestão pública é a qualidade que em terminologia atual se designa por "accountability", conceito cujo alcance é mais amplo, dado que se aplica também à confiabilidade e evidênciação." Tentando-se passar a mensagem de "transparência da gestão pública" no Município de Tomar. No entanto conforme correu nas notícias nos últimos dias, quando cotado em Índices de Transparência o Município de Tomar aparece bastante mal. -----*

*Porque a avaliação que fazemos da gestão municipal realizada é globalmente negativa, a votação do Partido Social Democrata é em consonância e de reprovação". -----*

--- Entrando no **Ponto Dez** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a **"Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 do Município de Tomar"** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----



--- Entrando no **Ponto Onze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 02.04.2018, sobre a “**Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018 dos SMAS de Tomar**” nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Independentes do Nordeste e um voto contra do Bloco de Esquerda. -----

--- Entrando no **Ponto Doze e Treze - “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e “**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**”, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Américo da Conceição Pereira Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Augusto Manuel Barros Alves, Presidente da União de Freguesias Urbanas de Tomar (S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais) e Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção). -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, António Eduardo Gonçalves Costa Marques, Primeiro Secretário em exercício, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Fortunato Pereira

O Primeiro Secretário  
em exercício,

António Eduardo G. Costa Marques

---

Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho